

Roma, o maior império do planeta até hoje admiravelmente estruturado como nenhum outro, seja antes ou depois. Assim, diante dos olhos, o pai da nossa História tinha no Império Brasileiro, embora reduzidas, a imagem e a semelhança, do antigo Império Lusitano. Por isso mesmo, Varnhagen poderia escrever: Não tentamos uma obra original. Pode-se explicar os acontecimentos históricos, jamais se pode renová-los. Não sustentamos teses. Esforçamo-nos por mostrar, documentadamente, como os acontecimentos evoluíram, como evoluem os dias e as noites, na dimensão do tempo. Verifica-se ao fim e ao cabo desta análise que não é fácil conduzir os povos, que não é fácil construir, dos alicerces à cobertura, uma Nação, um Estado, um Império como o Império Brasileiro, porque cada povo, cada nação, cada Estado, cada Império tem a sua formação histórica, político-social própria, independente, autônoma. Assim, como Portugal foi constituído, desde a base à cúpula, segundo a ordem político-social-jurídica do Império de Roma, quando a Lusitânia era província romana, também o Estado do Brasil foi estruturado, desde os alicerces ao telhado, pela Monarquia Portuguesa e pelas Ordenações do Reino, a Constituição Política Lusitana, até o desmembramento do Reino do Brasil por D. Pedro I, o português criador do único Império das Américas. E a Francisco Adolpho de Varnhagen cabe a primazia, e ninguém lha tira, de ter sido o primeiro historiador brasileiro a ver na História a ciência explicativa dos acontecimentos, a ciência explicativa do homem, do ambiente e das circunstâncias, no contexto sócio-jurídico da sociedade em contínua mudança, porque os homens e as mulheres mudam, as idéias mudam, os pensamentos mudam e a própria vida se transforma, segundo as leis da permanência na continuidade.

*

O ESCRAVISMO COLONIAL

Wenceslau Gonçalves Netto

Jacob Gorender em seu livro **O ESCRAVISMO COLONIAL** (São Paulo, Ática, 1978, 592 p.), defende a idéia de que o escravismo que tivemos no Brasil foi um “modo de produção historicamente novo” (p. 55), respaldando suas idéias nos princípios de que esse modo de produção: 1) não foi uma continuação do escravismo antigo, já que variava na forma da produção da renda — renda monetária (comercialização do excedente) em oposição à renda da terra, natural, produzida nas quintas romanas, por exemplo; 2) não foi uma transferência do modo de produção existente em Portugal, pois este se encontrava ainda no feudalismo;

e 3) não houve fusão do sistema português e “brasileiro”, pois o silvícola se encontrava ainda em estágio muito atrasado e nem apresentava ensejos no sentido da escravidão. Era, portanto, algo de novo, uma criação. Um modo historicamente novo de produção.

A partir daí Gorender utiliza ampla argumentação para provar o caráter não capitalista desse modo de produção escravista instalado no Brasil. Analisaremos, aqui, uma das categorias enfocadas por ele nesse afã: a **compra da mão-de-obra**, que é uma categoria não prevista no processo de produção capitalista e que está presente no modo de produção escravista colonial. Para balizar essa pequena análise buscamos a perspectiva de **O Capital**, de Marx (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s. d., 6 volumes), quando aborda o problema da mão-de-obra e da acumulação capitalista.

Marx nos diz que a mudança do valor dinheiro em capital não acontece no próprio dinheiro: “Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender” (**O Capital**, Livro Primeiro, p. 189). Em outras palavras, o capitalista contrata a força de trabalho. Já no escravismo as coisas não acontecem assim: o escravista encontra o escravo no mercado, totalmente despojado, só lhe restando, também, a sua força individual; mas não dispõe dela livremente, ela não é mercadoria sua, é propriedade do traficante e que não dispõe dela sem receber um equivalente em dinheiro. Temos, portanto, uma diferenciação inicial básica: o escravista — ao contrário do capitalista — não encontra a força de trabalho livre no sentido duplo e nem a paga após o uso, mas faz um investimento prévio. E isso nos remete a um segundo problema.

Estaria o escravista transformando em capital esse dinheiro que investe na mão-de-obra, na força de trabalho escrava? À primeira vista a resposta seria sim. O escravista está investindo em uma mercadoria capaz de gerar valor, de transferir valor à mercadoria produzida. Mas se tomarmos como pressuposto que a produção de valor ocorre na esfera da produção, duvidaremos dessa assertiva inicial, pois que essa inversão de dinheiro se deu na esfera da circulação; o traficante que o vendeu aí se movimenta e o seu lucro advém justamente da captação de valores na esfera da circulação. Temos, aí, portanto, um falso gasto de produção. A inversão inicial no escravo foi capital-dinheiro adiantado na circulação

e que continua representado no escravo: este é capital-dinheiro, funciona como mercadoria, como meio de troca. Como se enquadra, então, esse capital no processo? Gorender elimina o impasse dizendo: “A inversão inicial de compra do escravo não funciona como capital. (...) O correto é concluir que o capital-dinheiro aplicado na compra do escravo se transforma em **capital esterilizado** (grifo de Gorender), em capital que não concorre para a produção e deixa de ser capital” (p. 188).

Passemos agora a um terceiro problema: como o escravista se ressarcia desse investimento? da única maneira possível: explorando o sobretrabalho, o excedente do escravo. Há, então, uma espécie de amortização deduzida do lucro do escravista encaminhada para a liquidação dessa inversão inicial. Não uma amortização como a que acontece com a máquina que transfere seu valor durante todo o período de vida útil; com relação ao escravo é uma amortização brutal que ocorre em uma média de 3 anos, sendo que, daí para a frente, tudo que o escravo produzir será lucro. Daí a necessidade de grandes fundos ao modo de produção escravista, para suportar o peso dessa inversão inicial. Tal sistema pareceria absurdo ao processo capitalista, mas o escravista, pacientemente, arranca o sobretrabalho em parte até o momento em que faz aquilo que todo capitalista anseia, sem o conseguir: apropria-se do todo da força de trabalho, do seu período integral (pois o sustento do escravo é conseguido por ele mesmo, utilizando o seu dia de descanso, o domingo). E aí aparece o caráter vantajoso e lucrativo do escravismo.

Finalizando, ressaltaremos a influência dessa inversão inicial na acumulação. Marx nos diz que “A primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reconverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital” (*O Capital*, Livro Primeiro, pp. 657 — 658). Como o escravista necessita investir uma boa parte desse dinheiro (um terço ou mais) no plantel de escravos e, já vimos, essa inversão não ocorre na esfera da produção, esse dinheiro não se torna capital, é esterilizado e, portanto, a acumulação não acontece nos moldes capitalista e há, mesmo, como diz Gorender “uma desacumulação, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento. Isto nos apresenta o escravismo colonial não apenas como pré-capitalista, mas também como anti-capitalista” (p. 211). Realmente se analisarmos pelo ângulo da categoria mão-de-obra, o modo de produção escravista nada tem de capitalista.

e que continua representado no escravo: este é capital-dinheiro, funciona como mercadoria, como meio de troca. Como se enquadra, então, esse capital no processo? Gorender elimina o impasse dizendo: “A inversão inicial de compra do escravo não funciona como capital. (...) O correto é concluir que o capital-dinheiro aplicado na compra do escravo se transforma em **capital esterilizado** (grifo de Gorender), em capital que não concorre para a produção e deixa de ser capital” (p. 188).

Passemos agora a um terceiro problema: como o escravista se ressarcia desse investimento? da única maneira possível: explorando o sobretrabalho, o excedente do escravo. Há, então, uma espécie de amortização deduzida do lucro do escravista encaminhada para a liquidação dessa inversão inicial. Não uma amortização como a que acontece com a máquina que transfere seu valor durante todo o período de vida útil; com relação ao escravo é uma amortização brutal que ocorre em uma média de 3 anos, sendo que, daí para a frente, tudo que o escravo produzir será lucro. Daí a necessidade de grandes fundos ao modo de produção escravista, para suportar o peso dessa inversão inicial. Tal sistema pareceria absurdo ao processo capitalista, mas o escravista, pacientemente, arranca o sobretrabalho em parte até o momento em que faz aquilo que todo capitalista anseia, sem o conseguir: apropria-se do todo da força de trabalho, do seu período integral (pois o sustento do escravo é conseguido por ele mesmo, utilizando o seu dia de descanso, o domingo). E aí aparece o caráter vantajoso e lucrativo do escravismo.

Finalizando, ressaltaremos a influência dessa inversão inicial na acumulação. Marx nos diz que “A primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reconverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital” (*O Capital*, Livro Primeiro, pp. 657 — 658). Como o escravista necessita investir uma boa parte desse dinheiro (um terço ou mais) no plantel de escravos e, já vimos, essa inversão não ocorre na esfera da produção, esse dinheiro não se torna capital, é esterilizado e, portanto, a acumulação não acontece nos moldes capitalista e há, mesmo, como diz Gorender “uma desacumulação, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento. Isto nos apresenta o escravismo colonial não apenas como pré-capitalista, mas também como anti-capitalista” (p. 211). Realmente se analisarmos pelo ângulo da categoria mão-de-obra, o modo de produção escravista nada tem de capitalista.